

INTERESSADO: Executivo Municipal

ASSUNTO: **Projeto de Lei nº 074, de 04 de outubro de 2021**, "Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e dá outras providências."

NA SESSÃO DE:
Na Sessão de:
16 1 / 1 / 120 2 /

VOTAÇÃO EM 1º TURNO/ TURNO ÚNICO: VOTAÇÃO EM 2° TURNO:

PROCESSO Nº 4474 | 2021

DATA DA ENTRADA 09 | 11 | 21 | 21 | DATA DA APROVAÇÃO ___ | __ | ___ |

Comissões

Constituição, Justiça
Trabalho e Redação

Economia, Finanças
e Planejamento

Saúde, Higiene e
Promoção Social

Educação, Desporto,
Cultura e Turismo

Transporte, Urbanismo,
Serviços e Obras
Públicas

	DATA		COMISSÕES
			Indústria, Comércio, Agropecuária e Meio Ambiente
)(Especial
C	2)(Fiscalização e Controle
)(Mista
()(Mesa Diretora



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

LEITURA NA SESSÃO

Ofício nº 1.497/2021-GP/PMC

Cáceres - MT - CEP 78210-056

Cáceres - MT, 29 de outubro de 2021.

Em 09 11 10 Hors 09:47 Sobre

A Sua Excelência o Senhor VER. DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS Presidente da Câmara Municipal de Cáceres Rua Coronel José Dulce, esq. Rua Gal Osório

Identificação Interna: Memorando nº 30.967/2021, de 01/10/2021

Senhor Presidente:

Submetemos à apreciação dessa Egrégia Corte o Projeto de Lei nº 074, de 04 de outubro de 2021, que "Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e dá outras providências," acompanhado de respectiva Mensagem, em apenso.

Pela importância do Projeto de Lei em análise, esperamos contar com o apoio dessa Casa de Leis, ao tempo que solicitamos a Vossa Excelência e demais vereadores que deliberem e aprovem-no, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, em caráter de **urgência urgentíssima**.

Ao ensejo, reafirmamos os votos de estima e consideração, extensivo aos seus nobres Pares.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 1.497/2021-GP/PMC - fls. 02

Mensagem relativa ao Projeto de Lei nº 074, de 04 de outubro de 2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cáceres, Mato Grosso:

Senhores Vereadores:

Temos a honra de encaminhar à elevada deliberação dessa Nobre Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei 074, de 04 de outubro de 2021, que "Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e dá outras providências".

Trata-se de Projeto de Lei oriundo de pedido formulado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, por meio do Memorando, por intermédio do Memorando nº 30.967/2021.

O Crédito Adicional Especial, a ser aberto no vigente Orçamento, compreende o valor de R\$ 227.812,22 (duzentos e vinte e sete mil oitocentos e doze reais e vinte e dois centavos), a ser coberto mediante o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Este Projeto de Lei tem por finalidade dar suporte orçamentário para realização da Obra de Reforma do Palco Principal da Praça de Eventos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Visando subsidiar vossa análise, segue apenso, o Anexo 14 – Balanço Patrimonial: d) quadro do superávit/déficit financeiro apurado no balanço patrimonial – dezembro (2020).

Ante a importância do assunto, na medida em que possibilitará o Município a realizar a reforma do palco principal da Praça de Eventos, solicitamos a Vossa Excelência e demais vereadores que deliberem e aprovem o Projeto de Lei nº 074/2021 em caráter de **urgência urgentíssima**, nos termos do Regimento Interno dessa Casa.



Estado de Mato Grosso PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 1.497/2021-GP/PMC - fls. 03

Ao ensejo, externamos os votos de elevada estima e distinta consideração.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita de Cáceres



ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI Nº 074, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e dá outras providências."

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovará e eu sancionarei a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 227.812,22 (duzentos e vinte sete mil oitocentos e doze reais e vinte e dois centavos).

Art. 2º O crédito preconizado no art. 1º desta Lei cobrirá despesas pela inclusão de Programa, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	09 - SEC. MUN	IICIPAL DE TURISMO E CULTUR.	A
Unidade:	01 – SECRETA	RIA MUNICIPAL DE TURISMO E	CULTURA
Função:	13 – Cultura		
Subfunção:	392 – Difusão (Cultural	
Programa:	1002 - QUALII	DADE DE VIDA DA POPULAÇÃO	
Proj/Atividade:	1.292 – REFOR	RMA DE PALCO DA PRAÇA DE E	EVENTOS
Natureza da Desp	esa	Fonte de Recursos	Valor R\$
4.4.90.51 Obras e I	nstalações	(300) Recursos Ordinários	227.812,22

Art. 3º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 4º O Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.916, de 23 de dezembro de 2020-LOA/2021, Lei nº 2.915, de 23 de dezembro de 2020-LDO/2021 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 04 de outubro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita Municipal de Cáceres



ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2020)

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

1 dc 5

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

Exercício de 2020

		SUPERÁVIT/DÉF	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
	DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) Nota	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
1-00	RECURSOS ORDINÁRIOS-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	21.157.748,33 17.460.024,26	3.837.644,03 3.837.644,03
77000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., II Mittaneão dos efeitos financeiros	2.770.872,21	00'0
80000	Apoio financeiro prestado pela União aos entes federativos que recebem do FPM (MP n. 938, de 2/4/2020)	926.851,86	00,00
1-01	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAçãO-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENT Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.234.882,21 2.234.882,21	131.376,21 131.376,21
1-02	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	5.959.962,90 5.959.962,90	61.282,74
1-15	TRANSFERRNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE-RECURSO Sem Detaihamento da Destinação de Recursos	1.329.768,12 55.103,55	372.768,38 282.137,39
49000	Transferência do Salário Educação	621.300,81	54.820,68
51000	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	250.653,14	0,00
52000	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	402.710,62	35.810,31
1-16 0	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	47.042,39 47.042,39	799,38 799,38
1-17	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP-RECURSOS DO EXERCÍCIO CO Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	222.184,75 222.184,75	2.257.848,31 2.257.848,31
1-18	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	2.451.124,69 2.451.124,69	1.484.630,41
1-19	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 40%-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	126.552,26 126.552,26	40.138,67 40.138,67
1-21	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,15 0,15	108,24 108,24
1-22	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - EDUCAçãO-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORREN Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	152.710,36 152.710,36	543.144,56 543.144,56
1-23	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	16.287,43 16.287,43	218.835,38 218.835,38
1-24	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DA UNIÃO (NÃO RELACIONADOS À EDUC Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.548.461,93 1.548.461,93	165.246,33 165.246,33
1-25	DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS à EDUCAçãO-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	593.889,51 593.889,51	532.180,44 532.180,44
1-26 76000	DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS à SAúDE-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavirus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020,art. 5., I	322.708,25 322.708,25	00,0

PREFEITO MUNCIPAL DE CACERES FRANCIS MARIS CRUZ 103.605.221-49

ARLY MONTEIRO RODRIGUES SECRETÁRIA DE FINANÇAS 298.533.201-00

ELISEU LUCAS MONTEIRO

CONTADOR GERAL 865.703.231-72

USUÁTIO ELISEU LUCAS MONTEIRO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2020)

2 de 5

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Exercício de 2020

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

		SUPERAVII/DEFICII FINANCEIRO	FINAINCEIRO
	DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas \$2111XXXXX)	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
1-27	DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	198.374,70	0,00
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	98.687,52	00'0
76000	Transferência de recursos do Programa de Enfrentamento ao Coronavírus, instituído pela LC n. 173, de 27/5/2020, art. 5., I	99.687,18	00'0
-29	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS-RECURSOS DO EXERCÍC	945.665,93	614.716,60
0	Scm Detalhamento da Destinação de Recursos	377.176,00	614.716,60
74000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	568.489,93	00'0
1-30	RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAçãO – FETHAB-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	1.160.403,84	837.920,00
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.160.403,84	837.920,00
1-32	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS à EDUCAÇÃO-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	-1.072.900,00	-226.550,00
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-1.072.900,00	-226.550,00
1-33	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DO ESTADO (NÃO RELACIONADOS À ED	64.923,72	00,0
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	64.923,72	0,00
1-36	RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	29.558,62	00'0
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	29.558,62	0,00
1-42	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÑDE – SUS – ESTADO-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORR	882.094,21	1.679.878,23
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	732.094,21	1.679.878,23
74000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	150.000,00	0,00
1-43	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-RECURSOS DO EXERCICIO CC	126.414,36	58.658,75
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	126.414,36	58.658,75
-46	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE	4.554.960,03	1.867.297,38
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	1.187.761,91	1.867.297,38
74000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavírus - COVID 19	3.367.198,12	0,00
1-47	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE	149.439,42	744.974,01
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	84.300,42	744.974,01
74000	Ações de saúde para o enfrentamento do Coronavirus - COVID 19	65.139,00	0,00
1-81	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	0,00	248.476,03
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	0,00	248.476,03
-82	DEMAIS RECURSOS VINCULADOS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/ SAÚDE/ ASSIST. SOCIAL)-RECURSOS DO EX	188.899,48	0,00
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	59.597,61	00,0
78000	Transferência de recursos para aplicação em outras ações emergenciais (Lei n. 14,017/2020)	129.301,87	00,00
1-90	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS-RECURSOS DO EXERCÍCIO CORRENTE	-853.321,13	-6.732.239,24
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	-853.321,13	-6.732.239,24
000		07 070 712	000

PREFEITO MUNCIPAL DE CACERES FRANCIS MARIS CRUZ 103.605.221-49

ARLY MONTEIRO RODRIGUES SECRETÁRIA DE FINANÇAS 298.533.201-00

ELISEU LUCAS MONTEIRO CONTADOR GERAL

865.703.231-72

Fiorilli S/C Ltda. Software - (diario_pcasp - 8.21.25.2003 - 14022)

Usuário: FUSFULUCAS MONTFIRO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2020)

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

3 de 5

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

Exercício de 2020

AVAILABLE ON BOOM FOR A CONTINUE OF	SUFERAVII/DEFICII FINAINCEIRO	II FIINAINCEIRO
DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) Nota	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	712.849,49	00,0
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAçãO-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIC Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	131.376,21 131.376,21	0,00
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Dostinação de Recursos	61.282,74 61.282,74	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE-RECURSO Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	50.675,80 50.675,80	0,00
CONTRIBUIçãO DE INTERVENÇÃO DO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	7 99,38 799,38	00'0
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP-RECURSOS DE EXERCÍCIOS A) Sem Detalhamento da Dostinação de Recursos	1.543.905,39	00'0
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	41,23	00'0
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 40%-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	138,72 138,72	00°0 00°0
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS – ASSISTÊNCIA SOCIAL-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	92,62 92,62	0000
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - EDUCAçãO-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERI Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	254.379,04 254.379,04	00'0
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE - SAÚDE-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORF Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	218.835,38	00,0
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DA UNIÃO (NÃO RELACIONADOS à EDUC Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	523.109,10 523.109,10	0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS à EDUCAçãO-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	125.961,57 125.961,57	0,00
DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTÊNCIA SOCIAL-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	142.097,49 142.097,49	00.0
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS-RECURSOS DE EXERCÍCI Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	46.365,00 46.365,00	0,0 0
RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAçãO – FETHAB-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	658.359,36 658.359,36	00.00
RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	89.802,88	0,00
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO-RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTI	803.131.59	00 0

3-19 0 3-21 0 3-22 0 3-23 0 0

PREFEITO MUNCIPAL DE CACERES FRANCIS MARIS CRUZ 103.605.221-49

ARLY MONTEIRO RODRIGUES SECRETÁRIA DE FINANÇAS 298.533.201-00

ELISEU LUCAS MONTEIRO CONTADOR GERAL 865.703.231-72

Usuário: FUSEULUCAS MONTEIRO

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro(31/12/2020)

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

ISOLADO:2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

4 de 5

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

Exercício de 2020

		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	CIT FINANCEIRO
	DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX) Nota	ATUAL	EXERC. ANTERIOR
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	803.131,59	0,00
3-43	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA AçõES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-RECURSOS DE EXERCÍCIOS A	16.168,17	0000
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	16.168,17	00'0
3-46	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE	992.496,16	00'0
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	992.496,16	00,00
3-47	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE	593.572,36	0,00
0	Sem Detalhamento da Destinação de Recursos	593.572,36	0,00
TOTAL	AL.	49.503.276,14	8.739.134,84

PREFEITO MUNCIPAL DE CACERES FRANCIS MARIS CRUZ 103.605.221-49

ARLY MONTEIRO RODRIGUES SECRETÁRIA DE FINANÇAS 298.533.201-00

ELISEU LUCAS MONTEIRO CONTADOR GERAL 865.703.231-72

Usuário: FUSEUTUCAS MONTFIRO



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 312/2021

Referência: Processo nº 4.474/2021

Assunto: Projeto de Lei nº 074, de 09 de novembro de 2021

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 074, de 09 de novembro de 2021, dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II - DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, dispondo sobre a abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, e dá outras providências.



Pois bem.

O artigo 1°, prevê que, fica aberto ao orçamento vigente, o crédito adicional especial no valor de R\$ 227.812,22 (duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e doze reais e vinte e dois centavos).

Segundo dispõe o artigo 2º, o crédito previsto no artigo 1º, destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Cáceres/MT, em especial para dar suporte orçamentário a reforma do palco principal da Praça de Eventos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

O projeto de lei veio acompanhado ainda, dos documentos relacionados aos recursos de Emenda Parlamentar acima mencionados.

Por sua vez, o artigo 3º, dispõe que os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos de <u>superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de</u> dezembro de 2020.

É cediço que o projeto de lei que vise efetivar abertura de créditos adicionais especiais deve ser elaborado em perfeita consonância com os princípios estabelecidos nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal e 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964.

Os arts. 40 a 43 da Lei 4.320/64 conferem o suporte legal necessário a análise do presente projeto de lei:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;



II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

- III extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- I o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- II os provenientes de excesso de arrecadação; DOU, de 5.5.1964)

(Veto rejeitado no

- III os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- IV o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- § 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- § 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)
- § 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)

и -



Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que dêles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde fôr possível.

O artigo 40, § 2°, da Lei 4.320/64, dispõe que entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas.

Em seguida foi solicitado <u>parecer técnico</u> do Contador desta Casa de Leis, para que analisasse, <u>com a precisão necessária</u>, se os dados informados pela Chefe do Poder Executivo Municipal estavam de acordo com a legislação infraconstitucional e com a Constituição Federal, vez que este é uma das funções a serem exercidas por esta Comissão.

No referido parecer do Contador desta Câmara Municipal, foi informado que os valores e <u>fontes apresentados estão em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/64 e com os demais ditames legais e constitucionais</u>, e, que, portanto, há recursos suficientes para cobrir as despesas que estão sendo criadas.

Cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela <u>constitucionalidade e legalidade</u> do Projeto de Lei nº 074, de 09 de novembro de 2021.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:



A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei n° 074, de 09 de novembro de 2021.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 02 de dezembro de 2021.

FRANCISCO WELSON AMARANTE DOS SANTOS:98442007172 Assinado de forma digital por FRANCISCO WELSON AMARANTE DOS SANTOS:98442007172 Dados: 2021.12.03 09:38:16 -04'00'

Manga Rosa

CLODOMIRO DA Assinado de forma SILVEIRA PEREIRA DA SILVEIRA PEREIRA JUNIOR:9228436 JUNIOR:92284361153

1153

digital por CLODOMIRO Dados: 2021.12.03 10:58:08 -04'00'

Pastor Junior

RELATOR

PRESIDENTE CEZARE

PASTORELLO MARQUES DE PAIVA:8376548450 Dados: 2021.12.03

Assinado de forma digital por CEZARE PASTORELLO MARQUES DE PAIVA:83765484504 10:22:20 -04'00'

Cézare Pastorello Marques de Paiva

MEMBRO SUBSTITUTO





COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Parecer nº 313/2021

Referência: Processo nº 4.474/2021

Assunto: Projeto de Lei nº 074, de 09 de novembro de 2021

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 074, de 09 de novembro de 2021, dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, e dá outras providências.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, dispondo sobre a abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, e dá outras providências.

Pois bem. O artigo 39, do Regimento Interno dispõe sobre as competências da Comissão de Economia, Finanças e Planejamento, e, dentre elas, o inciso VIII, dispõe sobre a análise de projetos referentes à abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares, senão vejamos;

AR/S



- "Art. 39. À Comissão de Economia, Finanças e Planejamento compete opinar sobre:
- I proposições e assuntos relativos ao planejamento municipal;
- II projetos de leis sobre Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e
 Orçamento Anual do município;
- III proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões:
- IV as atividades financeiras do município;
- V fixação e alteração de subsídio do prefeito, vice-prefeito e dos secretários municipais;
- VI fixação de subsídio de vereador e do Presidente da Câmara Municipal;
- VII fiscalização da execução orçamentária;
- VIII projetos referentes à abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares;
- IX matéria tributária e empréstimos públicos;
- X proposições de assuntos relativos aos servidores públicos do município e seu regime jurídico;
- XI provimento de cargos públicos, estabilidade, aposentadoria, criação, extinção ou transformação de cargos, carreiras ou funções;
- XII a concessão de anistia ou isenção fiscal;
- XIII o Código Tributário Municipal;
- XIV o Código Administrativo do Processo Fiscal;
- XV proposições relativas à tomada de contas do prefeito e comunicação do Tribunal de Contas sobre ilegalidade de despesa decorrente de contrato." (gf)
- O artigo 1°, prevê que, fica aberto ao orçamento vigente, o crédito adicional especial no valor de R\$ 227.812,22 (duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e doze reais e vinte e dois centavos).

P

.

×



Segundo dispõe o artigo 2°, o crédito previsto no artigo 1°, destinar-se-á a acobertar despesas da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Cáceres/MT, em especial para dar suporte orçamentário a reforma do palco principal da Praça de Eventos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

O projeto de lei veio acompanhado ainda, dos documentos relacionados aos recursos de Emenda Parlamentar acima mencionados.

Por sua vez, o artigo 3°, dispõe que os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos de <u>superávit financeiro apurado no balanço patrimonial de</u> <u>dezembro de 2020</u>.

Os requisitos legais para análise de abertura do crédito adicional, estão elencados nos artigos 165 a 169 da Constituição Federal e 40 a 46 da Lei nº 4.320/1964.

Os arts. 40 a 43 da Lei 4.320/64 conferem o suporte legal necessário a análise do presente projeto de lei:

- Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:
- I suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;
- II especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
- Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Ang)



- Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- I o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- II os provenientes de excesso de arrecadação; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- III os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- IV o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- § 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- § 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

 (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964) (Vide Lei nº 6.343, de 1976)
- § 4° Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-a a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício. (Veto rejeitado no DOU, de 5.5.1964)
- Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que dêles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
- Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde fôr possível.

4



O artigo 40, § 2°, da Lei 4.320/64, dispõe que entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de credito a eles vinculadas.

Com efeito, no <u>parecer técnico</u> do Contador desta Casa de Leis, foi informado que os valores e <u>fontes apresentados estão em conformidade com a Lei Federal</u> nº 4.320/64 e com os demais ditames legais e constitucionais, e, que, portanto, há recursos suficientes para cobrir as despesas que estão sendo criadas.

No que se refere a destinação dos recursos, este Relator não se opõe a aprovação deste projeto de lei, vez que, os valores serão utilizados para obras a serem feitas no palco principal da Praça de Eventos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que tem recebido grande público nos últimos eventos que fez, razão pela qual as reformas foram entendidas como necessárias pelo Poder Executivo Municipal.

Cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela **Aprovação** do Projeto de Lei nº 074, de 09 de novembro de 2021.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **Aprovação** do Projeto de Lei nº 074, de 09 de novembro de 2021.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

(H)

5



Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2021.

Isaías Bezerra - Cidadania

PRESIDENTE

Luiz Laudo Paz Landim - PV

RELATOR

Valdeniria Dutra -PSC

MEMBRO